



29 DE NOVEMBRO DE 2016

Terça-feira

- RECEITA REGULAMENTA TRIBUTAÇÃO DE LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR PELAS PESSOAS JURÍDICAS DOMICILIADAS NO BRASIL
- TEMER DIZ A EMPRESÁRIOS QUE CAPITAL EXTERNO ESTÁ ANSIOSO PARA APLICAR NO BRASIL
- PARANÁ PERDE POSTO DE QUARTA MAIOR ECONOMIA DO PAÍS PARA RIO GRANDE DO SUL
- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA E QUEBRA DE SAFRA AFETARAM PIB EM 2014
- DINHEIRO DA FORD VAI AJUDAR A PAGAR SALÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL
- BMW EXPANDE FUNDO DE INVESTIMENTO VOLTADO PARA STARTUPS
- SERRA DEFENDE MAIOR LIBERAÇÃO COMERCIAL ENTRE PAÍSES DO MERCOSUL
- SERRA DIZ QUE FRACASSO DA TPP PRODUZ 'VAZIO' QUE PODE SER EXPLORADO PELO BRASIL
- CONTA DE LUZ DO BRASIL É A 14.ª MAIS CARA EM RANKING DA AIE
- EM DEZEMBRO, PARANAENSES TERÃO CONTA DE LUZ MAIS BARATA
- CNT: EMPRESÁRIO PREVÊ RECEITA MAIOR EM 2017, MAS RECUPERAÇÃO DO PAÍS SÓ 2018
- PARENTE: PETROBRAS REVISA PREÇO DE DIESEL E GASOLINA PELO MENOS UMA VEZ POR MÊS
- SEGUNDO ITAMARATY, MERCOSUL AINDA DISCUTE SANÇÕES À VENEZUELA
- FAZENDA ANUNCIA QUE BRASIL ENTRARÁ NO CLUBE DE PARIS
- FGV: DADOS DE CONFIANÇA DOS SERVIÇOS APONTAM PARA ADIAMENTO DA RETOMADA
- CINCO ESTADOS RESPONDERAM POR QUASE DOIS TERÇOS DO PIB DO PAÍS EM 2014, DIZ IBGE
- DESEMPREGO É DE 11,8% E ATINGE 12 MILHÕES DE TRABALHADORES, DIZ IBGE
- ESTUDO NÃO AUMENTA EFICIÊNCIA DO TRABALHO NO BRASIL, DIZ PESQUISA
- CRISE NA SIDERURGIA ACELERA MEDIDAS COMERCIAIS CONTRA A CHINA
- VALE SOBE COM ALTA DO PREÇO DO MINÉRIO E PUXA IBOVESPA
- FORD PAGARÁ R\$ 216 MILHÕES AO RIO GRANDE DO SUL

- TRANSPORTADORAS MANTERÃO PÉ NO FREIO EM 2017
- BIOCOMBUSTÍVEIS SERÃO TEMA DE DEBATE EM BRASÍLIA
- BMW INICIA VENDAS DA NOVA GERAÇÃO DO M140I NO BRASIL
- INDIAN TRAZ CHIEF SPRINGFIELD PARA O BRASIL
- BRASIL SOME DO PLANO ESTRATÉGICO DA VOLKSWAGEN
- VOTORANTIM TEM LUCRO DE R\$149 MI NO 3º TRIMESTRE
- ARTIGO: TEMER, INSPIRE-SE EM TRUMP E CORTE IMPOSTOS
- PILOTOS RETOMAM GREVE E LUFTHANSA CANCELA CENTENAS DE VOOS
- EMPRESA DE EIKE, MINERADORA MMX, PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- QUEDA DE PREÇO DA GASOLINA DEPENDE DE FATORES EXTERNOS, DIZ PEDRO PARENTE
- PEQUENAS EMPRESAS VOLTAM A DEMITIR APÓS 2 MESES DE CRIAÇÃO DE VAGAS
- PRODUÇÃO DE AÇO LAMINADO CAI 6% E CONSUMO DIMINUI 12% DE JAN/SET16 NA AMÉRICA LATINA, APONTA ALACERO

CÂMBIO		
EM 29/11/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,408	3,409
Euro	3,613	3,614

Fonte: BACEN

Receita regulamenta tributação de lucros auferidos no exterior pelas pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil

29/11/2016 – Receita Federal do Brasil

Foi publicada hoje, no Diário Oficial da União, a IN RFB nº 1674 que dispõe sobre a tributação de lucros auferidos no exterior pelas pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil.

Este ato normativo regulamenta a opção de a pessoa jurídica domiciliada no Brasil oferecer à tributação os lucros auferidos por intermédio de suas coligadas no exterior considerando o regime de competência, ainda que possa optar pelo regime de caixa.

A norma também atualiza a lista de atividades econômicas que podem ser beneficiadas pela dedução de até 9% a título de crédito presumido sobre a renda.

Acesse a IN 1674 na íntegra [aqui](#).

Temer diz a empresários que capital externo está ansioso para aplicar no Brasil

29/11/2016 – Tribuna PR

Tentando virar a página da crise causada ao governo por conta das denúncias que culminaram com a queda do ministro Geddel Vieira Lima, o presidente Michel Temer pediu apoio de empresários em uma palestra nesta segunda-feira, 28, em Brasília e disse que o governo está empenhado e vai se esforçar para tirar o Brasil da crise.

Segundo Temer, “o capital estrangeiro está ansioso para aplicar no Brasil”, mas os investidores são sensíveis e se retraem facilmente. “Qualquer fatozinho novo abala as instituições e o investidor fica assustado”, disse, durante seminário Brasil Futuro, promovido pela Consulting House, em um hotel de Brasília.

“Estas instabilidades são passageiras e não podem ser levadas a sério. Levado a sério tem que ser o país”, completou. “Eu peço a compreensão da ideia de que os senhores podem investir porque o estado brasileiro não os decepcionará. Nós vamos crescer”, completou o presidente, durante o painel intitulado “Perspectivas para o Brasil”.

Temer disse ainda que logo que chegou à presidência viu que o primeiro dispositivo do governo teria que ser o diálogo e voltou a destacar que fez isso inicialmente com o Congresso Nacional. “Estabelecemos um diálogo muito construtivo com o Congresso Nacional”, afirmou.

O presidente destacou o envio da PEC do teto dos gastos e a intenção do governo em fazer as reformas previdenciária e trabalhista e disse que esse conjunto ajudará o país sair da recessão. Temer pediu ainda uma dose de otimismo aos empresários e afirmou que “precisamos dos senhores, porque o governo não age sozinho”.

Segundo o presidente, a confiança está sendo retomada mesmo num momento de recessão.

“O primeiro passo é se combater a recessão”, disse. “Amanhã (terça-feira) esperamos que PEC seja aprovada por boa margem de votos”, completou. Temer disse ainda que a “quase falência” dos Estados vem do déficit da Previdência e que “muito rapidamente” o governo vai enviar a proposta de uma reforma do sistema previdenciário.

O presidente voltou a dizer que é preciso esforço para retomar o emprego e pediu novamente apoio do empresariado. “Nós temos que nos esforçar para alcançar o pleno emprego”, afirmou. “É preciso prestigiar a iniciativa privada para retomar o emprego”, completou.

Temer destacou a criação de uma secretaria especial para cuidar das concessões e afirmou que o governo vai privatizar vários prédios públicos que pertencem à União.

“Estamos também cuidando de levar atividades públicas para o setor privado por meio das concessões. Já estabelecemos 34 que podem ser concedidos. E vamos privatizar vários prédios públicos que pertencem à União e que são desnecessários”.

Paraná perde posto de quarta maior economia do país para Rio Grande do Sul

29/11/2016 – Gazeta do Povo

Crise da indústria automobilística e efeitos da estiagem no campo e na área de geração de energia contribuíram para queda de 1,5% no Produto Interno Bruto do estado.



Desempenho ruim da indústria automobilística do estado foi decisivo para a queda de 1,5% no PIB paranaense em 2014. Henry Milleo/Gazeta

O Paraná não conseguiu manter o posto de quarta maior economia do país conquistado em 2013. Após superar o Rio Grande do Sul, o Paraná perdeu novamente a posição para o estado gaúcho em 2014.

De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) paranaense recuou 1,5% em 2014, abaixo do desempenho da economia nacional, que avançou 0,5%, somando R\$ 5,7 trilhões.

Com a queda registrada em 2014, a participação do estado na geração de riquezas do país caiu de 6,3% em 2013 para 6,0% em 2014. Em valores correntes, o PIB paranaense somou R\$ 348 bilhões em 2014 contra R\$ 333 bilhões no ano anterior. Com isso, o estado voltou a ser a quinta maior economia do país, posição que ocupava desde 1949.

Paraná lidera queda do PIB entre os estados com retração

Em 2014, o PIB brasileiro cresceu 0,5% em relação a 2013, desempenho puxado principalmente pela alta de 2,8% na agropecuária e de 1% no setor de serviços. A indústria, por sua vez, recuou 1,5%.

Nesse período, o estado com o maior crescimento foi o Tocantins (6,2%), cujo resultado foi influenciado pela agricultura, comércio e setor de construção. Na sequência vieram Piauí (5,3%), Alagoas (4,8%), Acre e Mato Grosso, ambos com 4,4%.

Na outra ponta, das retrações, o Paraná lidera a queda, com 1,5%. Em seguida, aparecem os estados de São Paulo (-1,4%), Minas Gerais (-0,7%) e Rio Grande do Sul (-0,3%). Segundo Frederico Cunha, gerente das Contas Regionais do IBGE, o recuo do PIB nesses estados teve como fator em comum o desempenho negativo da indústria de transformação.

São Paulo manteve a liderança na participação do PIB, com uma fatia de 32,2% de toda a economia brasileira, mesmo percentual alcançado em 2013. Os demais estados com maior participação foram Rio de Janeiro (com 11,6%), Minas Gerais (com 8,9%), Rio Grande do Sul (com 6,2%). Juntos, os cinco Estados responderam por 64,9% da economia brasileira.

A retração na economia paranaense se deve, principalmente, a perda de participação da indústria (-1 p.p) e da agropecuária (-1 p.p), dois setores de extrema importância para o estado.

Além disso, enquanto em 2013 a boa safra e a produção de energia impulsionaram o bom desempenho do estado, levando-o a ultrapassar o Rio Grande do Sul, no ano seguinte a estiagem severa trouxe consequências negativas para esses dois setores, bastante sensíveis às oscilações do clima.

“O ano de 2014 foi marcado por uma combinação de fatores desfavoráveis para a economia do Paraná. Além de uma queda brutal da indústria automobilística, já como fruto do início da recessão da economia brasileira, a estiagem afetou a produção agrícola e a geração de energia, sobretudo a capacidade de produção de Itaipu”, destaca Julio Suzuki Junior, diretor presidente do Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Queda momentânea

A queda de 1,5% no PIB do estado veio bem acima da expectativa do Ipardes, que esperava uma estagnação da atividade econômica do Paraná em relação ao resultado de 2013. Contudo, Suzuki acredita que a troca de posição com o Rio Grande do Sul é momentânea.

Segundo ele, a distância entre Paraná e Rio Grande do Sul vinha diminuindo nas últimas décadas, resultado de um de um crescimento sustentando da economia paranaense frente à perda de dinamismo econômico do estado vizinho, decorrente, entre outros fatores, da crise financeira do estado.

“Esses processos de troca de posições são naturais, até que um estado finalmente consolide sua posição na economia nacional”, diz. Foi isso que aconteceu com Santa Catarina e Bahia na disputa pela sexta posição no PIB nacional, e é isso que Suzuki acredita que vai acontecer com o Paraná nos próximos anos. “A participação do Rio Grande do Sul se manteve a mesma, fomos nós que caímos em função de fatores pontuais”, acrescenta.

PIB per capita

Na passagem de 2013 para 2014, o PIB per capita do Paraná avançou de R\$ 30,2 mil para R\$ 31,4, colocando o estado na sétima posição. O PIB per capita do Paraná representa cerca de 1,1 vezes o PIB per capita do Brasil em 2014, de R\$ 28,5 mil.

O maior PIB per capita continua sendo do Distrito Federal, R\$ 69,2, representando cerca de 2,4 vezes o PIB per capita do Brasil. No outro extremo, os menores PIBs per capita são o do Maranhão e Piauí, R\$ 11,2 mil e R\$ 11,8 mil, respectivamente.

Indústria automotiva e quebra de safra afetaram PIB em 2014

29/11/2016 – Bem Paraná

O Paraná apresentou queda de 1,5% no seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, que somou R\$ 348,08 bilhões, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

A economia do Paraná foi pressionada pelos efeitos da quebra da safra de soja, retração da indústria da transformação e da produção de energia – prejudicada, ainda, pela política de controle de preços de energia pelo governo federal.

Com o resultado, o Paraná registrou uma participação de 6% no PIB brasileiro em 2014, contra uma presença de 6,3% em 2013. O PIB per capita de 2014 foi estimado em R\$ 31.410,74.

“Uma combinação de fatores infelizes fez com que a economia do Paraná tivesse esse desempenho em 2014. De um lado a quebra da safra, afetada pela seca, de outro a retração da produção automotiva e, por último, a queda na produção de Itaipu e a política de controle de preços do setor energético pelo governo federal”, explica Julio Suzuki Júnior, diretor presidente do Ipardes.

SENTE MAIS - A agricultura costuma dar o tom do ritmo da economia no Estado, ressalta o economista. Quando o campo vai bem, o Paraná costuma ter um

desempenho melhor do que o restante do País. Quando vai mal, a economia do Estado sente mais o peso da retração mais do que a média.

De acordo com o IBGE, a agricultura do Paraná registrou uma queda de 2,4% no valor adicionado bruto. Contribuiu para o resultado o recuo em volume do cultivo de soja (-5,4%), principal cultura agrícola paranaense.

Em 2014, de acordo com o IBGE, a produção sofreu com o clima quente e seco no momento do desenvolvimento (na fase de enchimento dos grãos), reduzindo, assim, o seu peso.

A atividade pecuária, por sua vez, avançou 2,4%, consequência da expansão da criação de aves e criação de suínos que fecharam o ano com variações em volume de 4,3% e 14,0%, respectivamente. A agropecuária como um todo registrou queda de 0,9% em 2014.

INDÚSTRIA - O maior impacto negativo, porém, se deu na indústria da transformação, que fechou o ano com recuo de 9,4%, impactada pela forte recessão brasileira.

O setor registrou quedas na produção de automóveis, camionetas e utilitários com diminuição em volume de 27,9%. As maiores reduções foram na produção de automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para o transporte de mercadorias e motores de explosão e combustão interna para veículos automotores.

A queda nos investimentos das empresas também afetou a produção de máquinas e equipamentos, que registrou retração de 12,3%, explicada pela redução na fabricação de tratores agrícolas, máquinas para colheita, aparelhos ou equipamentos de ar condicionado para uso central e máquinas para preparação de matéria têxtil.

A indústria de alimentos também registrou recuo, de 6,5%, pressionada pela produção de bombons e chocolates em barras contendo cacau, rações e outras preparações utilizadas na alimentação de animais, chá mate beneficiado, açúcar VHP, açúcar cristal e carnes e miudezas de aves congeladas.

ENERGIA - A atividade de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, registrou retração de 6%, sendo determinante para esse resultado a queda da produção de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Itaipu decorrente da seca durante o ano de 2014.

SERVIÇOS - Os serviços, responsáveis por quase dois terços da economia paranaense, fecharam o ano de 2014 com variação em volume de 0,6% em seu valor adicionado bruto. Destaques positivos para as atividades de informação e comunicação (7,2%); atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (4,2%); e educação e saúde privadas (2,9%); que somados representam 12,5% da economia paranaense.

Os destaques negativos ficaram com as atividades de comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas (-0,6%) - influenciado pela retração de 0,4% no comércio varejista e a queda de 6,7% no comércio de veículos, inclusive representantes comerciais. Também houve em administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social (-0,1%) e Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-5,8%).

Em 2014, cinco estados concentravam 64,9% da economia do país.

Os cinco estados com as maiores participações no PIB do país em 2014 - São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (11,6%), Minas Gerais (8,9%), Rio Grande do Sul (6,2%) e Paraná (6,0%) - concentravam 64,9% da economia brasileira, de acordo com o IBGE.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2014 foi de R\$ 5,78 trilhões, variação de 0,5% sobre 2013.

O Paraná ficou em quinto lugar entre as maiores economias do País em 2014, depois de ultrapassar, no ano anterior, o Rio Grande do Sul e assumir a quarta posição.

Apesar da mudança, o presidente do Iparde, Julio Suzuki Júnior, considera que a tendência do Paraná se consolidar como quarta maior economia se mantém no médio e longo prazo.

"A diferença entre os dois Estados (Paraná e Rio Grande do Sul) vem se estreitando nas últimas décadas e até que essa mudança se consolide é natural essa oscilação de posições. Foi assim, por exemplo, com Santa Catarina e Bahia", diz.

RENDA - Um dado que chama atenção, de acordo com o economista, é que, sob a ótica da renda, em especial dos salários, houve uma melhora no indicador do Paraná.

As remunerações e contribuições sociais aumentaram seus pesos no PIB do Paraná, de 39,5% para 42,1%. "Na prática isso significa que, do ponto de vista de bem estar social, que é vinculado à renda, houve uma melhora mesmo com a economia em retração", diz Suzuki Júnior.

Dinheiro da Ford vai ajudar a pagar salários no Rio Grande do Sul

29/11/2016 – Bem Paraná

Em meio a uma crise financeira, com atraso no pagamento de salários e dívidas, o governo do Rio Grande do Sul fechou nesta semana um acordo judicial com a montadora Ford -e o dinheiro, R\$ 216 milhões, irá ajudar a pagar os salários de novembro. A empresa vai pagar indenização por ter desistido de erguer uma fábrica no Estado, em 1999.

Na época, a montadora acabou indo para Camaçari, na Bahia, em troca de isenções fiscais e forte atuação do então senador baiano Antonio Carlos Magalhães (PFL). Com o dinheiro, o governo de José Ivo Sartori (PMDB) vai conseguir pagar parte da folha salarial, de R\$ 1,3 bilhão no total, ainda no dia 30.

Desde o início do ano, o Rio Grande do Sul tem parcelado os salários dos servidores, que demoram até 20 dias para receber seus vencimentos. A expectativa é que, com o dinheiro da Ford, parte deles consiga receber o salário na íntegra em uma única parcela.

HISTÓRICO O acordo firmado por Sartori encerra uma disputa judicial de 16 anos. Quando a Ford anunciou a desistência da fábrica gaúcha, o governo estadual já havia assinado um contrato e adiantado a primeira parcela de um financiamento para a construção do empreendimento.

Em 1998, porém, o então governador Antônio Britto (PMDB) perdeu a reeleição para o petista Olívio Dutra, que não quis conceder todos os subsídios aprovados pelo antecessor. A Ford, então, desistiu do negócio.

Foi Dutra quem resolveu processar a Ford, numa ação que foi criticada pelo PMDB estadual à época. Agora, em grave crise nas finanças, a gestão do governador do PMDB resolveu negociar com a montadora.

O acordo foi fechado no último dia 22, e homologado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em 2013, a Justiça Estadual já havia decidido em favor do Estado, condenando a Ford a pagar R\$ 162 milhões ao governo, mas a empresa recorreu.

BMW expande fundo de investimento voltado para startups

29/11/2016 – UOL Economia

A BMW pretende aumentar os investimentos em startups, para enfrentar a concorrência com novatas como a Tesla Motors em torno de tecnologias que tornam os automóveis mais inteligentes e mais eficientes no consumo de energia.

A fabricante de veículos de luxo investirá até 500 milhões de euros (US\$ 533 milhões) por meio do fundo iVentures ao longo dos próximos 10 anos, de acordo com comunicado divulgado na segunda-feira. O fundo iniciado em 2011 com 100 milhões de euros acrescentará a direção autônoma às áreas de foco e ampliará seu alcance dos EUA para Europa e Ásia.

"A mobilidade do futuro e do nosso setor está sendo definida pelo ritmo cada vez mais rápido de mudança tecnológica", afirmou no comunicado o diretor de desenvolvimento, Klaus Froehlich. "Quem almeja o sucesso precisa dar forma a essa mudança e ter acesso às melhores ideias."

As montadoras tradicionais recorrem a startups para desenvolver as tecnologias para um futuro dominado por carros sem motorista, serviços de compartilhamento de caronas e veículos elétricos.

A iVentures já comprou uma participação na RideCell, sediada em São Francisco, que cria software de compartilhamento de automóveis e reserva de caronas, e também investiu em aplicativos de trânsito e carregamento de baterias.

A BMW tem sido lenta quando se trata de veículos elétricos, mas avançou com sua própria marca de carros compartilhados, que opera em cidades europeias sob a bandeira DriveNow e nos EUA como ReachNow.

Além de apostar em startups, a BMW tem participação no empreendimento de mapeamento em tempo real HERE, que também tem entre seus acionistas Daimler e Audi, que é um braço da Volkswagen. Os últimos modelos BMW vêm com elementos de direção autônoma, respondendo a gestos de mão e ajudando os motoristas a permanecer na faixa.

Identidade esticada

A BMW enfrenta um desafio particularmente difícil além dos motores porque construiu sua identidade sobre desempenho na direção e porque seu orçamento não é tão grande quanto o de montadoras maiores com uma variedade maior de produtos.

A Volkswagen, que tem receita duas vezes maior que a da BMW, investiu US\$ 300 milhões neste ano no aplicativo de táxis Gett. A General Motors colocou US\$ 500 milhões na Lyft para concorrer com a Uber Technologies e a Apple está despejando US\$ 1 bilhão no maior serviço de caronas da China, chamado Didi.

O fundo de venture capital da BMW, que está transferindo a sede de Nova York para o Vale do Silício, será operado como unidade separada, comandada por Ulrich Quay e Uwe Higgs. Além de dinheiro, a empresa vai oferecer conhecimento técnico às startups apoiadas.

O fundo planeja abrir escritórios em Israel e Munique e estuda montar um na Ásia, além de expandir o quadro de seis pessoas atualmente para 15. O escritório em Israel buscará investimentos em empresas de segurança digital e tecnologia de sensores, disse Higgs. O fundo aplicará mesmo quantias pequenas de US\$ 500.000 em cada companhia.

"Hoje em dia, mais e mais inovação vem do universo das startups", disse Peter Schwarzenbauer, executivo da BMW responsável pela operação de compartilhamento de automóveis. "O venture capital nos permite aproveitar esse potencial em um estágio inicial."

Serra defende maior liberação comercial entre países do Mercosul

29/11/2016 – Tribuna PR

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, defendeu nesta segunda-feira, 28, maior liberação comercial entre países do Mercosul. Segundo ele, existem atualmente 80 medidas ou situações que dificultam o comércio entre os parceiros do bloco.

Ao participar de evento da Fundação Getulio Vargas (FGV) que debateu a inserção do Brasil no comércio internacional, Serra afirmou que, a despeito dessas barreiras, não percebe grande resistência dos governos à maior abertura entre os membros do Mercosul.

Serra também ampliou sua análise aos demais países da América Latina, citando que as exportações da região devem cair mais de 5% em 2016, no quarto ano seguido de retração. No ano passado, a queda já tinha sido de 15%.

"Temos na América Latina o pior desempenho em oito décadas, o que mostra que não é uma situação passageira", assinalou Serra, acrescentando que o comércio interregional deve cair 10% neste ano, muito devido à crise no Brasil.

Durante seu discurso, Serra afirmou ainda que as eleições na França e na Alemanha devem comprometer o ritmo das negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia, apesar do empenho do governo no tema, considerado prioritário.

"Não é um panorama que vá favorecer a aceleração", disse o chanceler, que também pediu um olhar não imediatista para as medidas que estão sendo tomadas pelo ministério. "No médio prazo, muita coisa que estamos fazendo vai dar certo, não no curto prazo."

Serra diz que fracasso da TPP produz 'vazio' que pode ser explorado pelo Brasil

29/11/2016 – Tribuna PR

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, avaliou nesta segunda-feira, 28, que o fracasso da TPP, sigla em inglês da Parceria TransPacífico, produz um "vazio" que poderá ser explorado pelo Brasil.

Ao participar de debate promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o chanceler disse não acreditar na formação do bloco de livre comércio entre Estados Unidos e mais 11 países, conforme foi prometido por Donald Trump durante a campanha na qual venceu a democrata Hillary Clinton. "É uma coisa muito ambiciosa", comentou Serra, lembrando também que o acordo foi atacado tanto pelo republicano como por Hillary durante a corrida à Casa Branca.

Sem a TPP, o Brasil, segundo Serra, poderá fazer uma "ofensiva" sobre os países latinos que compõem o bloco: México, Chile e Peru – os três membros da Aliança do Pacífico.

A ideia, disse Serra, é consolidar e aprimorar acordos comerciais com esses parceiros. "Não é para expandir o Mercosul para o Pacífico, mas caminhar nessa direção na América do Sul", afirmou.

Conta de luz do Brasil é a 14.^a mais cara em ranking da AIE

29/11/2016 – Tribuna PR

A tarifa de energia do consumidor residencial no País é a 14.^a mais alta em ranking que compara o Brasil com os 28 países-membros da Agência Internacional de Energia (AIE), de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O custo da energia atingiu a média de US\$ 180 por MWh.

No ranking, o preço da energia no Brasil é menor que o visto na Dinamarca, Itália, Portugal, Irlanda, Reino Unido, Bélgica, Japão, Áustria, Austrália, Suíça, Holanda, Luxemburgo e França, mas ganha da Eslovênia, Eslováquia, Suécia, Finlândia e Polônia.

Já em relação à carga tributária que incide sobre a conta de luz residencial, o Brasil fica em segundo lugar. O peso dos impostos e encargos na tarifa é de 40%, igual à Itália e menor apenas que a Dinamarca, que atingiu o patamar de 58%. A carga tributária é maior que a de países como Suécia (39%), Áustria e Noruega (38%), Finlândia e França (34%), Bélgica e Eslovênia (31%).

Em maio deste ano, a tarifa média do consumidor residencial no País estava em R\$ 473,00 por MWh, de acordo com a Abradee. Entre as regiões, a mais alta era aplicada no Sudeste, de R\$ 488,00 por MWh; seguida por Sul, com R\$ 473,00; Centro-Oeste, de R\$ 465,00 por MWh; Norte, de R\$ 460,00 por MWh; e Nordeste, de R\$ 437,00 por MWh.

De acordo com o presidente da Abradee, Nelson Leite, um dos fatores que explicam a média mais baixa no Norte e Nordeste é o fato de que, nessas regiões, há uma grande quantidade de pessoas beneficiadas pelo programa Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), que proporciona descontos para os consumidores de baixa renda.

No Nordeste, a conta de luz da baixa renda fica em R\$ 400,00 por MWh, e no Norte, R\$ 438,00 por MWh. Por regiões, a participação dos consumidores de baixa renda é de 8% do total no Nordeste; 5% no Norte; 2% no Sudeste e no Sul; e 1% no Centro-Oeste.

A tarifa de energia da indústria é hoje a sétima mais alta na comparação com os 28 países-membros da AIE. Em dólar, a tarifa média da indústria brasileira é de US\$ 119 por megawatt-hora (MWh).

A tarifa no País perde para países como Itália, Japão, Irlanda, Eslováquia, Portugal e Suíça, e ficou mais alta que a praticada no Chile, Turquia, França, Áustria, Bélgica e Hungria. Dessa tarifa, 7% são impostos.

Inflação

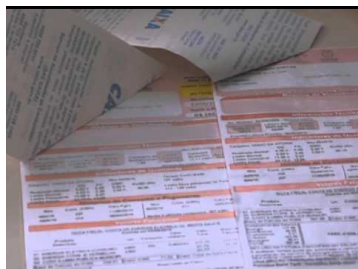
Com base em dados do IPCA, a Abradee informou que a tarifa de energia elétrica residencial acumula uma alta de 775% de janeiro de 1994 a maio de 2016, considerando a bandeira vermelha. Atualmente, vigora a bandeira verde.

O porcentual é menor que o salário mínimo, gás de cozinha, aluguel e transporte público. No período, a conta de luz subiu mais que a variação de plano de saúde, comunicação, serviços pessoais, alimentação fora do domicílio e gasolina.

De acordo com a Abradee, na estrutura da conta de luz, 42,1% representam encargos e tributos, mais do que o custo da energia, que é de 39,7%; 15,6% servem para remunerar as empresas de distribuição e 2,7% a transmissão.

Em dezembro, paranaenses terão conta de luz mais barata

29/11/2016 – Bem Paraná



A conta de luz dos paranaenses volta a ter bandeira tarifária verde no mês de dezembro. Isso significa que não haverá cobrança extra na conta de energia, o que acontece quando a bandeira indicada é amarela ou vermelha.

De abril a outubro, a Copel aplicou a bandeira tarifária verde. Em novembro, por decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi adotada a bandeira amarela – que representou uma taxa adicional de R\$ 1,50 a cada 100 kWh consumidos.

Com o retorno da bandeira verde, dezembro será o oitavo mês sem a cobrança extra na conta de energia. A alteração da cor da bandeira aconteceu em decorrência do aumento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas de todo o país.

A definição da bandeira verde para dezembro foi divulgada pela Aneel na última sexta-feira (25) e vale para todo o país até o dia 31 de dezembro. Na prática, os consumidores deixam de pagar uma taxa extra, que varia de R\$ 1,50 (bandeira amarela) a R\$ 4,50 (bandeira vermelha, no patamar mais elevado) a cada 100 kWh consumidos.

SISTEMA DE BANDEIRAS - O sistema de bandeiras tarifárias começou a vigorar em janeiro de 2015 para compensar o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas e custear o acionamento das usinas termelétricas, cuja produção é mais cara. Essa foi a saída encontrada para adaptar esses gastos extras às tarifas de energia pagas pelos consumidores.

As bandeiras têm como objetivo sinalizar ao consumidor se o custo da geração de energia no país está mais caro, ajudando as pessoas a consumirem com racionalidade e economizarem na conta de luz. Além disso, a cobrança contribui para diluir, mês a mês, o custo adicional da geração térmica.

CNT: empresário prevê receita maior em 2017, mas recuperação do País só 2018

29/11/2016 – Tribuna PR

A maioria dos empresários que atuam na área de transportes acredita que terá um faturamento mais alto no ano que vem, mas considera que a melhora na economia brasileira só deve ser percebida em 2018. Para os transportadores, as medidas de ajuste fiscal são necessárias. E mais de 90% avaliam que o aumento de impostos não vai resolver a crise.

De acordo com a Sondagem de Expectativas Econômicas do Transportador 2016, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 47,7% dos empresários consultados espera um crescimento na receita bruta em 2017. Para 42,3%, a receita deve se manter igual à de 2016. Uma parcela de 8,1% avalia que o faturamento deve cair no próximo ano.

Para 49,3% dos empresários do setor, a retomada do crescimento econômico só será sentida em 2018. Para 23,5% dos consultados, o crescimento será percebido já no próximo ano; outros 13,5% consideram que os resultados só virão em 2019; para 11,6%, somente em 2020.

Entre os empresários consultados, 48,8% acreditam que haverá uma melhora na atividade econômica no ano que vem; 34,8% avaliam que o PIB deve ficar estável; e 11,1% acreditam que a economia deve cair no próximo ano.

Sobre a crise política, 90,7% dos entrevistados avaliam que ela prejudicou o desempenho do setor transportador no País. Em relação a 2015, 53,5% relataram que sua confiança na gestão econômica do governo aumentou; para 23,4%, a confiança se reduziu; e para 22,1%, ficou estável.

Para 61%, o grau de confiança dos entrevistados na gestão econômica do governo é moderado; para 26,7% dos empresários, baixo; e para 11,2%, alto. A maioria (60,2%) aprova as medidas fiscais propostas pelo governo, mas 29,8% são contra. Para 92,2%, o aumento de impostos não iria ajudar o governo a solucionar a crise.

Viagens

Entre os empresários entrevistados, 48,1% projetam um crescimento na quantidade de viagens em 2017. Para 41,5%, o número de viagens deve se manter estável, e para 8,8%, deve cair na comparação com este ano.

Em relação à quantidade de carga transportada, 58,1% dos entrevistados consideram que deve aumentar em 2017; 37% acreditam em manutenção; e 3,7% avaliam que haverá queda.

Sobre o número de passageiros transportados no ano que vem, 40,4% dos consultados afirmam que deve haver aumento em 2017; 39,7% esperam manutenção; e 18,7% acreditam em redução.

A pesquisa consultou 795 empresários por telefone entre os dias 17 de outubro e 11 de novembro em todo o País. Foram entrevistadas companhias que atuam nas áreas de transporte rodoviário e ferroviário de cargas, transporte rodoviário e urbano de passageiros por ônibus, transporte aquaviário, metroferroviário e aéreo de passageiros.

Parente: Petrobras revisa preço de diesel e gasolina pelo menos uma vez por mês

29/11/2016 – Tribuna PR

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou nesta segunda-feira, 28, que a companhia está praticando sua nova política para preços de diesel e gasolina com mais frequência, fazendo uma revisão pelo menos uma vez por mês.

Durante apresentação do novo Plano de Negócios da estatal no Unica Fórum, o executivo lembrou que as últimas duas revisões resultaram em quedas de preço, mas salientou que isso não significa que o comportamento vai se repetir para sempre no futuro, uma vez que a política segue a volatilidade de preços e câmbio.

Conforme estabeleceu a companhia, a nova política é baseada na paridade de importação em reais, incluindo o preço internacional e o câmbio atual, acrescido de uma margem de risco e tributos.

Segundo Itamaraty, Mercosul ainda discute sanções à Venezuela

29/11/2016 – Tribuna PR

O diretor do departamento do Mercosul no Itamaraty, Otávio Brandelli, disse nesta segunda-feira, 28, que as sanções a serem aplicadas contra a Venezuela, cuja suspensão do bloco comercial deve ser confirmada no fim desta semana, ainda estão sendo discutidas pelos países-membros. Sobre as declarações vindas do governo uruguaio de que a Venezuela perderá os direitos de voz e voto no bloco, o diplomata ponderou que esse é um tema ainda em aberto.

O prazo de adaptação às normas do protocolo de adesão, dado a Caracas em setembro, vence na quinta-feira, mas o governo de Nicolás Maduro já adiantou que não vai incorporar todas as resoluções à legislação local. Com isso, a Venezuela será suspensa do Mercosul, mas continuará sendo membro do bloco econômico.

Durante participação em debate promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brandelli destacou que o bloco ainda não bateu o martelo sobre quais direitos serão suspensos e quais serão mantidos.

“Isso está em discussão e até a semana que vem deveremos ter um quadro mais ou menos claro se serão suspensos todos os direitos ou se alguns direitos serão preservados”, afirmou o funcionário do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo ele, há divergência entre os fundadores da união aduaneira em torno do assunto. O Uruguai, diferentemente de outros parceiros, defende que a Venezuela continue tendo direito de voz. O diplomata informou ainda que não há consenso se o país deve manter direito de voto, participar de reuniões ou indicar candidatos a cargos do Mercosul.

Fazenda anuncia que Brasil entrará no Clube de Paris

29/11/2016 – Tribuna PR

O Ministério da Fazenda confirmou nesta segunda-feira, 28, que o Brasil passará a integrar o Clube de Paris, um grupo originalmente formado por 21 países para ajudar financeiramente nações em crise econômica.

Recentemente, na última reunião de chefes de Estado do G20 em Hangzhou, na China, o grupo foi reconhecido como o principal fórum para a reestruturação de dívidas soberanas.

De acordo com o ministério, a adesão será formalizada em breve em cerimônia com a participação do ministro Henrique Meirelles.

“Como membro pleno do Clube de Paris, o Brasil aumentará sua influência na agenda financeira internacional e nas futuras renegociações de dívidas soberanas. O Clube de Paris segue os princípios de solidariedade, consenso, troca de informações, condicionalidades, abordagem caso a caso e tratamento isonômico”, disse a Fazenda em nota.

O Brasil realizou diversos acordos financeiros com o Clube de Paris em crises do passado.

O último empréstimo – contraído em 1983 e renegociado em 1992 – foi quitado antecipadamente em janeiro de 2006, com o pagamento de parcelas que somavam US\$ 2,6 bilhões e só venceriam na metade e no final daquele ano.

FGV: dados de confiança dos serviços apontam para adiamento da retomada

29/11/2016 – Tribuna PR

A piora nas expectativas dos empresários do setor de serviços indica o adiamento do processo de retomada da atividade econômica no País para 2017, avalia Silvio Sales, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) e responsável pela Sondagem de Serviços. A redução do índice de confiança, que caiu pelo segundo mês consecutivo, vem sendo puxada pela frustração das expectativas, que esfriaram após seis meses de avanço significativo.

“Não está claro ainda o início de uma estabilização na atividade econômica e muito menos o início do processo de reação, que será gradual mas vem sendo postergado”, diz Sales.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) recuou 1,4 ponto na passagem de outubro para novembro, para 77,5 pontos, na série com ajuste sazonal. O Índice de Situação Atual (ISA-S) caiu 0,6 ponto em novembro, para 70,9 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE-S) diminuiu 2,2 pontos, para 84,5 pontos.

O descolamento entre as expectativas e a avaliação do momento presente está diminuindo, mas por conta do ajuste para baixo da percepção dos empresários do setor sobre o futuro.

Sales lembra que o fundo do poço da confiança do setor de serviços foi registrado em setembro do ano passado, quando atingiu 66,4 pontos. A chegada do novo governo deu novo ânimo às expectativas e ao ICS. No entanto, o otimismo não se traduziu em estatísticas econômicas favoráveis até aqui.

Para Sales, a percepção de futuro está ficando mais realista frente aos indicadores conjunturais. “A consequência disso para as estatísticas do lado real da economia é que tudo indica que o processo de encolhimento da atividade econômica deve prosseguir”, afirma.

O economista avalia que ainda é cedo para avaliar os efeitos da nova crise política detonada pelas denúncias do ex-ministro da Cultura Marcelo Calero, sobre a confiança. Ele destaca, porém, que a expressiva recuperação das expectativas até setembro veio justamente da percepção de um melhor encaminhamento da questão política no País, com consequências no campo econômico. “Isso vem andando de lado”, diz.

Cinco Estados responderam por quase dois terços do PIB do País em 2014, diz IBGE

29/11/2016 – Tribuna PR

Apenas cinco Estados foram responsáveis por quase dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2014, segundo os dados das Contas Regionais, divulgados nesta segunda-feira, 28, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

São Paulo manteve a liderança na participação do PIB, com uma fatia de 32,2% de toda a economia brasileira, mesmo percentual alcançado em 2013. Os demais Estados com maior participação foram Rio de Janeiro (com 11,6%), Minas Gerais (com 8,9%), Rio Grande do Sul (com 6,2%) e Paraná (com 6,0%). Juntos, os cinco Estados responderam por 64,9% do PIB.

O PIB do Brasil em 2014 foi de R\$ 5,78 trilhões. São Paulo somou R\$ 1,86 trilhão, seguido por Rio de Janeiro (R\$ 671,08 bilhões), Minas Gerais (R\$ 516,63 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 357,82 bilhões).

Os três Estados com menor geração de riqueza foram Roraima (R\$ 9,74 bilhões), Amapá (R\$ 13,40 bilhões) e Acre (R\$ 13,46 bilhões).

Altas e baixas

O PIB do Estado de São Paulo recuou 1,4% na passagem de 2013 para 2014. No PIB do Paraná, a queda foi de 1,5% em relação a 2013. Minas Gerais teve recuo de 0,7%, enquanto o Rio Grande do Sul diminuiu 0,3%.

Segundo o IBGE, houve impacto negativo nesses Estados, sobretudo, das perdas da indústria de transformação no ano.

Na direção oposta, Tocantins teve o maior crescimento no PIB, 6,2%, impulsionado pela agricultura, comércio e construção. Os demais aumentos relevantes foram no Piauí (5,3%), Alagoas (4,8%), Acre (4,4%) e Mato Grosso (4,4%). Em 2014, o PIB brasileiro cresceu 0,5% em relação a 2013.

Desemprego é de 11,8% e atinge 12 milhões de trabalhadores, diz IBGE

29/11/2016 – UOL Economia



O desemprego no país foi de 11,8%, em média, no trimestre de agosto a outubro, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No período, o número de desempregados no Brasil foi de 12 milhões de pessoas. São cerca de 195 mil desempregados a mais do que no trimestre de maio a julho, mas o resultado é considerado estável pelo IBGE. Em um ano, são 3 milhões de pessoas a mais sem emprego, um aumento de 32,7%.

Em comparação com a divulgação anterior da pesquisa, com dados do terceiro trimestre (de julho a setembro) deste ano, os números são os mesmos.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (29) e fazem parte da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE. A pesquisa não usa só os trimestres tradicionais, mas períodos móveis (como fevereiro, março e abril; março, abril e maio etc.).

Comparação com resultados anteriores

No trimestre de agosto a outubro de 2016, a taxa de desemprego foi de 11,8%:

- no trimestre de maio a julho, havia sido de **11,6%**
- no terceiro trimestre (julho a setembro), havia sido de **11,8%**
- um ano antes (agosto a outubro de 2015), havia sido de **8,9%**.
- O número de desempregados chegou a 12 milhões:
- no trimestre de maio a julho, havia sido de **11,8 milhões**
- no terceiro trimestre (julho a setembro), havia sido de **12 milhões**
- um ano antes (agosto a outubro de 2015), havia sido de 9 milhões.
-

Número de trabalhadores

O número de pessoas com trabalho foi de 89,9 milhões entre agosto e outubro, com 604 mil pessoas a menos do que no trimestre de maio a julho, queda de 0,7%.

Em um ano, o total de trabalhadores caiu 2,6%, o que equivale a cerca de 2,4 milhões de pessoas.

Metodologia da pesquisa

Os dados fazem parte da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua. São pesquisadas 211.344 casas em cerca de 3.500 municípios.

O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou algum nos 30 dias anteriores à semana em que os dados foram coletados.

Outras pesquisas

Na semana passada, o IBGE divulgou resultados de outra pesquisa com dados de desemprego, a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Apesar de o nome ser parecido, a metodologia é diferente, e ela é anual, diferentemente da Pnad Contínua, divulgada mensalmente.

A Pnad indicou que o número de desempregados disparou 38,1% em 2015, atingindo 10 milhões de pessoas, 2,8 milhões de pessoas a mais do que em 2014. Foi o pior resultado desde 2004.

Além do IBGE, outros órgãos e institutos divulgam dados sobre desemprego. O Ministério do Trabalho, por exemplo, registra mensalmente o número de trabalhadores com carteira assinada, e divulgou na semana passada que o país fechou 74,7 mil vagas formais em outubro.

Estudo não aumenta eficiência do trabalho no Brasil, diz pesquisa

29/11/2016 – Folha de S. Paulo



O avanço da escolaridade no país nas últimas décadas não foi acompanhado do aumento esperado de eficiência do trabalhador brasileiro.

A experiência internacional mostra que, à medida que acumulam mais anos de estudo, os profissionais de uma nação, normalmente, se tornam mais produtivos, contribuindo, com isso, para o crescimento da economia.

Dados preliminares de uma pesquisa feita por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, revelam que isso não parece estar ocorrendo no Brasil.

Entre 1980 e 2010, cada ano a mais de estudo no país foi seguido de um aumento extra de produção de apenas US\$ 200 por trabalhador.

O número é irrisório se comparado ao que ocorreu em outros países. Cada ano a mais de escolaridade foi acompanhado de uma expansão de US\$ 3.000 de produção por trabalhador no Chile e de US\$ 6.800 na Coreia do Sul.

De acordo com Paes de Barros, é possível que a qualidade e o conteúdo do ensino nas escolas brasileiras expliquem por que o país tem sido um ponto fora da curva.

"Pode ser que esse aumento de educação não tenha significado econômico, por isso tenha muito pouco impacto sobre a produtividade", diz.

MENORES GANHOS

A piora na qualidade da educação no Brasil também pode ser uma das causas da rápida queda do ganho extra de renda que os trabalhadores conseguem ao aumentar sua escolaridade. Em 2004, cada ano a mais de estudo resultava em um salário 9,6% maior no país. Em 2014, esse retorno caiu para 7,2%.

Outro fator que contribuiu para essa redução, segundo Paes de Barros, foi o aumento do salário mínimo, que elevou a renda do trabalhador pouco escolarizado.

Uma terceira explicação para a queda do prêmio salarial foi a expansão da demanda da nova classe média por serviços menos qualificados, nos últimos anos.

"Nós nos tornamos uma economia intensiva em mão de obra pouco qualificada. Isso tem a ver com o tipo de estrutura de demanda que a economia brasileira gerou."

Embora esse movimento tenha contribuído para a redução da desigualdade de renda, ele também pode estar afastando o jovem brasileiro da escola: "Isso não ajuda a incentivar as pessoas a estudar mais".

EVASÃO ESCOLAR

Um dos principais focos da pesquisa conduzida pelo economista —que tem apoio do Instituto Ayrton Senna, do Insper, da Fundação Brava e do Instituto Unibanco— é entender as causas da elevada evasão escolar no Brasil.

O estudo mostra que, a cada ano, mais de um quarto dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos tem um dos seguintes destinos: nem se matriculam na escola (15%); abandonam os estudos (7%) ou são reprovados por falta (4%).

A meta oficial do governo de universalizar o acesso dessa faixa etária à escola até 2016 não foi cumprida.

Segundo dados divulgados na semana passada pelo IBGE, a parcela de jovens de 15 a 17 anos na escola chegou a 85% em 2015. Esse percentual tem aumentado em ritmo lento nos últimos anos. E os prognósticos de evolução não são positivos.

Pelas contas de Paes de Barros e sua equipe, o Brasil precisaria avançar a um ritmo 23 vezes maior que o atual para universalizar o acesso de jovens de 15 a 17 anos à escola em uma década.

Segundo o economista, o objetivo da pesquisa é ajudar os gestores educacionais a entender as causas do baixo engajamento do jovem com a escola e, com isso, adotar as medidas cabíveis.

No estudo, Paes de Barros e seus coautores explicam que há três grandes causas para o afastamento entre o jovem brasileiro e a escola.

O primeiro grupo de fatores está ligado a problemas como pobreza extrema, distância grande entre o domicílio do jovem e a escola e gravidez precoce.

O segundo motivo é o que eles chamam de "falta de interesse informada" do jovem pela educação formal. "Isso tem muito a ver, por exemplo, com a falta de flexibilidade do currículo do ensino médio", afirma o economista.

Por último, há o caso de jovens que têm pouco interesse pela escola por falta de informação adequada.

Crise na siderurgia acelera medidas comerciais contra a China

29/11/2016 – Folha de S. Paulo

As investigações contra práticas desleais de comércio chinês cresceram no mercado de aço: no Brasil, há atualmente sete apurações em curso, todas iniciadas neste segundo semestre.

Na segunda (28), outras duas medidas para punir essas práticas entraram em vigor - uma delas, provisória- levando a um total de nove produtos do setor vindos da China com sobretaxas.

O aumento de apurações no Brasil não é isolado, afirma Flávio Alves, diretor de siderurgia da Accenture.

"Há um movimento global de barreiras na indústria motivado pela capacidade ociosa e pela prática de preços mais baixos, em especial por parte da China, que detém 24% das vendas no mundo."

No mercado externo, o Brasil também tem sofrido sanções em países como Estados Unidos e México, destaca Benjamin Baptista Filho, presidente da ArcelorMittal Brasil.

"No nosso caso, o maior risco são as investigações conduzidas hoje na Europa, que representa 20% das exportações de produtos planos."

No Brasil, as investigações se aceleraram após a mudança no governo federal, avalia o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. "É uma reação tardia, mas bem-vinda."

Apesar do efeito positivo, as sobretaxas não resolvem a crise do setor, diz Alves.

"É uma ação com efeito a curto prazo, mas que deve ser trabalhada com outras medidas, como o fomento à exportação, a revisão de impostos e a produtividade."


Editoria de Arte/Folhapress

NERVOS DE AÇO

Medidas contra a China na indústria do aço

 9 em vigor

 7 em investigação

 22,9
foi a produção brasileira de aço bruto de jan a set.16, em milhões de toneladas

Fonte: Secex/Instituto Aço Brasil

Antidumping e medidas compensatórias

São aplicadas quando empresas exportam ao Brasil com preço inferior ao aplicado no mercado doméstico ou se há subsídios por parte do governo do país exportador que causem dano à indústria doméstica

Vale sobe com alta do preço do minério e puxa Ibovespa

29/11/2016 – UOL Economia

As ações da Vale subiram e puxaram para cima o Ibovespa. O índice fechou com alta de 2,11% aos 62.855 pontos. O volume financeiro ficou em R\$ 5,1 bilhões, abaixo da

média diária de novembro, que é de R\$ 7,4 bilhões. As ações PNA da Vale subiram 6,34% e os papéis ordinários tiveram alta de 7,30%.

Segundo operadores, dois fatores contribuem para a alta dos papéis, que têm maior participação na composição do Ibovespa e por isso ajudaram o Ibovespa a subir. O primeiro é a elevação do preço do minério de ferro no mercado internacional.

O preço da tonelada de minério de ferro subiu 1,53% a US\$ 80,83, no porto de Qingdao, na China. O outro fator seria a possibilidade de a Vale começar a pagar dividendos aos acionistas.

As demais ações de siderurgia também sobem com a alta do minério de ferro. Os papéis PNA da Braskem subiram 4,67%, as ações PNA da Usiminas ganharam 3,15%, os papéis da Gerdau tiveram alta de 2,96% e Gerdau Metalúrgica subiu 4,84%.

A ação ordinária da Rumo Logística teve alta de 6,80%. A Rumo é a principal beneficiária da Medida Provisória (MP) das Concessões, que prevê a prorrogação antecipada da concessão da Malha Paulista da Rumo, que integra o principal corredor de escoamento do agronegócio entre os Estados produtores e o porto de Santos - principal porta de saída de exportações de grãos e açúcar brasileiros.

As ações da Petrobras também fecharam em alta, seguindo a valorização no preço internacional do barril do petróleo. As ações preferenciais da Petrobras subiram 1,05% e os papéis ordinários ganharam 0,28%.

O preço do petróleo subiu depois que o Iraque anunciou que busca congelar a produção em 4,546 milhões de barris e que o Irã também considera um congelamento de produção.

As ações da Kroton subiram 2,19%. A empresa propôs a criação de uma nova companhia com todos os ativos de ensino a distância (EAD) da Estácio para conseguir aprovar a fusão no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A autarquia enxerga concentração de mercado nesta modalidade dentro do processo de união das empresas e por isso deve exigir a venda desses ativos.

Fora do Ibovespa, as ações da MMX fecharam em baixa de 4,71% depois de a companhia entrar na Justiça do Estado do Rio de Janeiro com um pedido de recuperação judicial.

A recuperação judicial da companhia ocorre mais de dois anos depois de outra subsidiária do grupo, a MMX Sudeste, também ter entrado com um pedido de recuperação judicial.

Na ponta oposta, as maiores quedas do dia foram das ações ordinárias da Cyrella, com queda de 1,22%, seguidas pelos papéis da MRV, com queda de 0,70% e as ações ordinárias da Embraer, que tiveram queda de 0,59%.

A Embraer informou que foram assinados os acordos de convenção coletiva de trabalho referentes à data-base 2016 entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que representa as empresas do setor aeroespacial, e os sindicatos representativos dos empregados para as unidades de Botucatu, Gavião Peixoto, São Paulo, Sorocaba e Taubaté.

Em todos os casos, foi aprovada a proposta de abono fixo no valor de R\$ 4 mil por empregado, somado a um reajuste de 5% sobre o salário nominal.

Ford pagará R\$ 216 milhões ao Rio Grande do Sul

29/11/2016 – Automotive Business



Era para ser em Guaíba, no Rio Grande do Sul, mas a fábrica da Ford foi erguida em Camaçari, na Bahia, atraída por mais incentivos fiscais

A Ford pagará R\$ 216 milhões ao governo do Rio Grande do Sul após chegar a um acordo que pôs fim a um processo judicial que durou 16 anos, referente à desistência da montadora, em 1999, de erguer uma fábrica de automóveis no município de Guaíba, região metropolitana da capital Porto Alegre.

De acordo com informações do jornal Zero Hora, a empresa aceitou pagar o valor para pôr fim à ação que corria desde o ano 2000, quando o então governador Olívio Dutra pediu a indenização por quebra de contrato.

Na ocasião, a Ford já havia recebido a primeira das parcelas relativas a um financiamento de R\$ 210 milhões subsidiado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul, além de o governo ter investido no terreno que já estava em fase de terraplanagem.

Após questionamentos do governo Dutra sobre os incentivos concedidos e a iminência de renegociação, a montadora desistiu de Guaíba e negociou com o então senador Antonio Carlos Magalhães novos incentivos para construir sua fábrica em Camaçari, na Bahia, inaugurada em 2001.

O acordo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Ford foi homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no último dia 22 de novembro, estabelecendo o pagamento pela montadora aos cofres públicos, mas ainda não estabeleceu uma data para a quitação.

Em julgamento de primeira instância, a montadora foi condenada a pagar mais de R\$ 160 milhões ao Estado – valor que, se corrigido, passaria da casa do bilhão. Contudo, após sofrer revés no Tribunal de Justiça, que chegou a estipular o pagamento de R\$ 22,7 milhões não corrigidos, o caso foi parar no STJ em outubro do ano passado, quando o atual governador José Ivo Sartori decidiu negociar diretamente com a montadora.

O acordo começou a ser negociado no início deste ano e só foi fechado após um parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Ainda de acordo com o jornal, a Secretaria da Fazenda informou que embora o valor não seja o ideal, está em patamar aceitável, considerando que poderia ser menor ou demorar ainda mais para sair a decisão de acordo. Embora a data do pagamento ainda não tenha sido definida, o valor a ser pago pela Ford de forma parcelada deverá aliviar o pagamento da folha dos servidores públicos do Estado.

Também deverá contribuir com o pagamento dos salários a possível antecipação de créditos relativos aos benefícios fiscais concedidos na mesma época pelo Estado à General Motors, que recebeu incentivos do Fomentar, programa exclusivo para a GM, que instalou sua fábrica em Gravataí (RS), além do repasse do governo federal referente a parte da multa do programa de repatriação de valores.

HISTÓRICO

O jornal Zero Hora relata todo o histórico do processo: a Ford assinou o contrato para construção de sua fábrica em Guaíba em 1998, com o então governador Antônio Britto, mesma ocasião em que foi assinado um financiamento com o Bannrisul de R\$ 210 milhões, valor que seria liberado aos poucos, mediante prestação de contas das etapas de construção.

Após o pagamento da primeira parcela de R\$ 42 milhões em 1999, já na gestão de Olívio Dutra, a Ford se retirou do negócio alegando que o Estado estava em atraso da segunda parcela e também por motivos de ordem política com o novo governo que acabava de assumir o Estado.

No entanto, o Estado alegou à época que a empresa não estava cumprindo o acordo, além de não concordar com as cláusulas assinadas na gestão anterior. Com isso, a Ford trocou o Rio Grande do Sul pela Bahia em um processo que envolveu vantagens concedidas à empresa para se instalar em Camaçari.

Em fevereiro de 2000, o Estado do Rio Grande do Sul entrou com uma ação contra a Ford, pedindo o reconhecimento da nulidade de algumas cláusulas contratuais ou, sucessivamente, da inadimplência contratual da Ford.

Também foi protocolada, em fevereiro de 2003, uma ação popular contra representantes do Estado, do município de Guaíba, do Bannrisul e da Ford, com objetivo de invalidar o contrato e pagar pelas perdas e danos causados pelo caso.

Em dezembro de 2009, a empresa foi condenada a pagar uma indenização ao governo do Estado em mais de R\$ 160 milhões - valor nominal relativo à época, sem a correção monetária, que se atualizado, chegaria à casa do bilhão. Na decisão, a justiça reconheceu que a Ford foi responsável pelo rompimento do contrato e que o governo cumpriu todos os pontos previstos de acordo com o que havia sido firmado em março de 1998.

Na mesma época, foi decidido julgar de forma separada a ação popular. Já em 2010, a 22ª Câmara Cível anulou a sentença de primeiro grau que condenava a empresa a ressarcir o Estado, porque entendeu que havia uma conexão entre o processo e a ação popular, portanto, deveriam ser analisados de forma conjunta. Com isso, o caso voltou a ser analisado em primeiro grau.

Em maio de 2013, a Ford voltou a ser condenada a ressarcir os cofres públicos em mais de R\$ 160 milhões referentes à primeira parcela do financiamento, ao crédito presumido de ICMS e estudos técnicos realizados, valor que deveria ser corrigido pela inflação e juros. Na mesma decisão, julgou extinta a ação popular.

Em março de 2015, em segundo grau, a 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS decidiu, por unanimidade, reduzir a indenização a ser paga pela Ford, antes de R\$ 160 milhões, para R\$ 22,7 milhões – em valor a ser corrigido pela inflação e juros. O valor se referia à parte da primeira parcela do financiamento feito com o Bannrisul que a Ford não comprovou ter utilizado.

No entanto, os magistrados entenderam que a rescisão contratual entre as partes se deu em razão do Estado manifestar oficialmente que não cumpriria o contrato, livrando a Ford de pagar rescisão. O TJ também manteve a extinção do processo relativo à ação popular.

Por fim, o processo chegou ao STJ em outubro de 2015 e no começo deste ano, na gestão de Sartori, a montadora e o governo passaram a negociar diretamente um valor de indenização. Depois de meses de tratativas, chegaram ao montante de R\$ 216 milhões, que foi homologado pelo STJ na semana passada.

O jornal publicou ainda a nota enviada pela montadora: "A Ford celebrou um acordo com o governo do Estado do Rio Grande do Sul para pagamento de R\$ 216 milhões, encerrando uma ação judicial de mais de 16 anos sobre a instalação de uma unidade em Guaíba. Essa decisão reitera o compromisso da empresa com o Estado, onde foi instalado recentemente, em Gravataí, o centro de distribuição de peças da Ford para atender a região Sul do País."

Transportadoras manterão pé no freio em 2017

29/11/2016 – Automotive Business



O setor de transporte sofreu forte impacto das crises econômica e política. A percepção é de 795 empresas brasileiras transportadoras de cargas e passageiros que participaram da Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador 2016, divulgada segunda-feira, 28, pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Uma das dificuldades apontadas é o acesso ao crédito para a aquisição de novos veículos. Das empresas entrevistadas, 63,7% não adquiriram veículos em 2016 e 44,6% não pretendem adquiri-los em 2017.

O setor demitiu 52,4 mil trabalhadores de dezembro de 2015 a setembro de 2016. O quadro de funcionários previsto para 2017 será reduzido por 58,1% das empresas, enquanto 30% devem contratar novos trabalhadores. O texto da pesquisa revela: "A recuperação do emprego é mais lenta que a da receita em todos os setores da economia após uma crise como a atual."

A sondagem mostra que mais da metade (60%) das empresas de transporte sofreram diminuição da receita em 2016 e 58,8% precisaram reduzir o número de viagens. De acordo com a pesquisa, o aumento do custo operacional é um dos problemas enfrentados por 74,6% dos entrevistados.

Para 90,7% dos empresários ouvidos, a crise política os afetou negativamente. Apesar de 53% dos empresários manifestarem aumento da confiança na gestão econômica atual, praticamente metade deles (49,3%) acredita que a retomada do crescimento da economia só será percebida em 2018. Apenas 23,7% dos empresários esperam resultados melhores ainda para o ano que vem, otimismo considerado "moderado" pela sondagem.

Biocombustíveis serão tema de debate em Brasília

29/11/2016 – Automotive Business

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, convocou na segunda-feira, 28, empresários do setor sucroalcooleiro a apresentar sugestões para a elaboração do plano de biocombustíveis RenovaBio, que será tema de debates no dia 13 de dezembro na sede do ministério, em Brasília.

Com o RenovaBio - Biocombustíveis 2030, o governo quer garantir o aumento da produção de biocombustíveis no País em sintonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Segundo Coelho Filho, o foco é dar tranquilidade e previsibilidade para que os

investidores possam tomar decisões para gerar emprego e renda e “o Brasil possa sair dessa interrogação: se vai para a frente ou se não vai”.

O ministro participou em São Paulo do encontro Ethanol Summit sobre o Futuro do Setor Energético e Energias Renováveis, promovido pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), no World Trade Center (WTC), na zona sul da capital paulista.

Segundo a presidente da Unica, Elisabeth Farina, a iniciativa reacende a expectativa de retomada dos investimentos na área de biocombustíveis: “Parar e pensar o posicionamento estratégico do setor é muito relevante nesse momento de muita mudança política e econômica.”

Além da vantagem ambiental, segundo Elisabeth, a diminuição da oferta de petróleo vai exigir ampliação da produção de biocombustíveis.

BMW inicia vendas da nova geração do M140i no Brasil

29/11/2016 – Automotive Business



A BMW lança no Brasil a nova geração do hatchback M140i, versão 2017 que foi exibida ao público brasileiro em primeira mão no Salão do Automóvel de São Paulo. Lançado na Europa em meados deste ano, o modelo chega à rede de concessionárias com o novo motor 3.0 TwinPower Turbo pelo preço sugerido de R\$ 267.950.

O novo propulsor de seis cilindros em linha a gasolina entrega até 340 cv de potência, 14 cv a mais do que sua versão anterior.

Segundo a montadora, a nova geração do TwinPower, configurada com cárter e cabeçotes em alumínio, possui agora aceleração mais ágil e rápida, fazendo de 0 km/h a 100 km/h em 4,6 segundos, um ganho de 0,3 segundos a mais do que o modelo anterior, além de consumo e emissões até 7% menores.

A transmissão esportiva Steptronic é de oito velocidades e dispõe de hastes atrás do volante para a troca de marchas (paddle shifts).

Com suspensão esportiva M adaptável e rebaixada em 10 milímetros, o BMW M140i traz controles de estabilidade e tração, faróis em LED adaptativos, conjunto de freios M Sport e direção esportiva variável.

Completam o visual esportiva as rodas de liga leve de 18 polegadas, kit aerodinâmico com capas dos espelhos retrovisores de acabamento em cinza metálico. Já no interior, bancos esportivos em couro com ajuste elétrico e lombar, acabamento em alumínio escovado e volante M revestido em couro.

O sistema de som traz 12 alto falantes com potência de 360W, sistema de navegação com iDrive touch controler, comfort acces, câmera de ré e sensores de chuva, acionamento automático de faróis baixos, além de sensores de estacionamento dianteiro e traseiro, ar-condicionado automático digital configurável individualmente e teto solar elétrico.

Indian traz Chief Springfield para o Brasil

29/11/2016 – Automotive Business



A Indian começa a vender no Brasil a moto Chief Springfield. O novo modelo tem preços entre R\$ 91.990 e R\$ 94.990 e é equipado com o mesmo motor V2 de 1811 cc da linha Chief. O chassi de alumínio forjado recebeu mudanças que aumentam a agilidade da nova versão em mudanças de trajetória e curvas.

A moto vem equipada de série com alforjes laterais de 32 litros cada e para-brisa. O painel é instalado sobre o tanque de gasolina e inclui monitoramento da pressão dos pneus. A suspensão traseira tem curso maior que o das versões Vintage e Classic (20 milímetros a mais) e dois tipos de ajuste.

As motos Indian são montadas em Manaus (AM) dentro da estrutura da Dafra. São seis modelos, cinco deles baseados no mesmo motor da Springfield. A operação no Brasil pertence ao mesmo grupo que importa os quadriciclos Polaris.

A rede atual tem quatro revendas (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e uma nova concessionária será aberta em Goiânia (GO).

Brasil some do plano estratégico da Volkswagen

29/11/2016 – CIMM

O Brasil, maior mercado da América do Sul onde a Volkswagen iniciou sua expansão internacional com a construção de sua primeira fábrica fora da Alemanha ainda no fim dos anos 1950, não é citado sequer uma vez no comunicado distribuído pela empresa que explica o plano Transform 2025+, aprovado por seu conselho de administração na terça-feira, 22, na sede da companhia em Wolfsburg.

O programa elenca as principais ações da VW como fabricante e marca de veículos até 2030, aponta os objetivos nas diferentes regiões do mundo, com o claro objetivo de limpar sua imagem e superar o escândalo da fraude de emissões de poluentes de motores diesel, por meio de forte ofensiva no lançamento de carros elétricos na próxima década na Europa Ocidental, China e Estados Unidos.

A profunda e persistente depressão do mercado brasileiro, piorada pela constante perda de participação da marca nas vendas, torna o Brasil menos importante nos planos futuros da Volkswagen – e de outras empresas estrangeiras que atuam no País.

A notória perda de importância da operação brasileira fica melhor evidenciada no único trecho do comunicado sobre o plano estratégico em que a região sul-americana é citada em meio a outros mercados emergentes.

Traduzindo do documento em inglês, a empresa diz: “Na China, a Volkswagen quer reforçar sua posição de ‘topo de volume’ que já conquistou (NR: quer dizer, liderança no alto dos segmentos de altos volumes). Também na China a marca visa se beneficiar do potencial de forte crescimento do segmento econômico (NR: em inglês, economy segment significa carros mais baratos, de entrada, assim como a economy class dos

aviões é 'classe econômica'). Esse trabalho já começou com o desenvolvimento de modelos apropriados. Em outros mercados relevantes como Índia, América do Sul e Rússia, a Volkswagen também pretende desenvolver o segmento econômico", afirma a nota. Ou seja, a intenção por aqui parece ser de continuar a projetar e vender produtos mais baratos, de baixo valor agregado, sem grandes sofisticações tecnológicas, como sempre foi feito até o momento.

Se o Brasil e outros emergentes terão mais do mesmo, a Volkswagen promete mudanças bem mais profundas para Europa, China e América do Norte em seu plano Transform 2025+.

"Nossos objetivos são elevados e nossa estratégia é muito ambiciosa. Queremos ganhar com as mudanças e levar a Volkswagen à liderança da nova indústria automotiva. Ao longo dos próximos anos, a Volkswagen mudará radicalmente. Poucas coisas continuarão como são hoje. Em última instância, a nova estratégia é um grande programa de transformação", resumiu Herbert Diess, presidente do conselho de administração da marca.

Transformação em três fases

Segundo a empresa, as mudanças vão acontecer em três fases. A primeira, até 2020, é a mais dura, prevê profundas reestruturações na companhia, cortes de custos, programa de demissões de 30 mil funcionários em todo o mundo.

O objetivo é realinhar o negócio, recuperar a imagem e os estragos financeiros do dieselgate, criar novas competências e redirecionar recursos para o desenvolvimento de novos produtos, especialmente os elétricos, que chegam com força na fase dois do programa, até 2025, quando a VW pretende lançar mais de 30 modelos elétricos, para "assumir a liderança em mobilidade elétrica com base em sua força recuperada como uma fabricante de alto volume proeminente e lucrativa", diz o comunicado.

Com a descontinuação de certos modelos convencionais e de versões de baixo volume e baixa lucratividade, a Volkswagen espera liberar recursos acima de € 2,5 bilhões para desenvolver veículos elétricos, com a meta ambiciosa de ser a número um do segmento.

"A partir de 2020 vamos lançar nossa grande ofensiva de mobilidade elétrica. Não estamos mirando em produtos de nicho, mas o coração do mercado automobilístico. Até 2025, queremos vender 1 milhão de automóveis elétricos por ano e ser líderes no mercado mundial. Nossos futuros carros elétricos serão a nova marca registrada da Volkswagen", afirmou Diess.

Para esta etapa também está prevista a incorporação de outra tendência da indústria: criar novos serviços de mobilidade, como por exemplo participar do mercado de compartilhamento de veículos que ganha força nas economias desenvolvidas. A intenção para depois de 2025, segundo a Volkswagen, é participar de forma rentável da grande transformação esperada na indústria, com o objetivo de liderar o novo mundo da mobilidade até 2030.

"Topo de volume"

Com o emergente novo slogan criado para a nova fase da empresa, Moving People Forward (Movendo as Pessoas Adiante), a Volkswagen quer ser líder "no topo do segmento de volume" – traduzindo, ser a que vende os carros mais caros do mercado de altos volumes. A companhia afirma que, até agora, só alcançou este objetivo na China e Europa.

Para conquistar essa posição no resto do mundo, a estratégia é muito parecida com a dos demais concorrentes: uma forte ofensiva de lançamentos de novos modelos SUVs no primeiro estágio e com a onda de eletrificação no segundo estágio.

Com esses dois movimentos combinados (mais SUVs e mais elétricos), a VW espera garantir volumes maiores tanto na China como nos Estados Unidos. Na América do Norte, a meta é passar de uma marca de nicho a uma relevante e lucrativa fabricante de alto volume.

Segundo Diess: "Vamos incrementar significativamente nossas atividades nos Estados Unidos. O foco principal será nos segmentos chave no país, como grandes SUVs e sedãs. Num segundo estágio, traremos nossos carros elétricos para a América do Norte. Ao longo dos próximos anos, faremos consideráveis investimentos em infraestrutura elétrica". A produção local de veículos sobre a plataforma elétrica MEB deve começar em 2021, segundo a empresa.

A marca também informa que vai desenvolver sua própria plataforma digital, para se aproximar dos clientes e desenvolver novos potenciais de ganhos, por meio da oferta de serviços. Até 2025, a Volkswagen espera ter cerca de 80 milhões de usuários ativos de sua plataforma em todo o mundo, com vendas provenientes de veículos interconectados de € 1 bilhão por ano.

Crescimento lucrativo

As expectativas em relação aos resultados do programa Transform 2025+ são igualmente ambiciosas. O conselho de administração da Volkswagen espera por significativo aumento no faturamento e na lucratividade ao longo dos próximos 10 anos com o cumprimento das metas do plano. O objetivo é dobrar a margem de lucro operacional dos 2% em 2015 para 4% até 2020, com elevação para 6% até 2025.

Para alcançar os novos níveis de rentabilidade a companhia também conta com o que chama de "pacto para o futuro" apresentado em 18 de novembro, que com seus cortes e readequações de pessoal e fábricas terá impacto positivo calculado em € 3,7 bilhões por ano até 2020 – sozinhas, as instalações na Alemanha contribuirão com € 3 bilhões deste total. A marca Volkswagen afirma que ao longo dos próximos anos manterá seus investimentos estáveis na casa de € 4,5 bilhões.

Votorantim tem lucro de R\$149 mi no 3º trimestre

29/11/2016 – CIMM

A Votorantim teve lucro líquido de 149 milhões de reais no terceiro trimestre, revertendo resultado negativo de um ano antes de 89 milhões, informou nesta segunda-feira (28) o grupo industrial.

No ano até o final de setembro, a empresa acumula lucro líquido de 611 milhões de reais, alta de 5,5 por cento sobre os primeiros nove meses de 2015.

A companhia que atua em setores como metais, cimentos e suco de laranja, teve receita líquida de 7,35 bilhões de reais, queda anual de 13 por cento.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de 1,3 bilhão de reais nos três meses terminados em setembro, queda de 19 por cento na comparação anual.

"Ainda não há sinais concretos de recuperação dos indicadores de atividade (da economia do Brasil) e, por isso, nos mantemos cautelosos", afirmou o presidente da Votorantim, João Miranda, em comunicado à imprensa.

A área de cimentos, a mais importante da companhia, teve queda de 14 por cento na receita líquida, a 3,349 bilhões de reais, em meio à fraqueza no mercado de construção residencial e de infraestrutura do país.

Segundo dados da entidade que representa os produtores de cimento do Brasil, as vendas do insumo de janeiro a outubro mostram queda de 13,4 por cento sobre os dez primeiros meses de 2015, a 47,9 milhões de toneladas.

A Votorantim encerrou o terceiro trimestre com dívida bruta de 25,2 bilhões de reais, queda de 17 por cento sobre um ano antes apoiada em variação cambial. O caixa no período foi fechado com 8,7 bilhões de reais e 3,9 bilhões em linhas de crédito em moeda estrangeira.

A relação de endividamento medida pela dívida líquida sobre Ebitda terminou setembro em 2,91 vezes ante 2,78 vezes no fim de 2015.

"Em resposta ao cenário adverso, mantemos uma posição de liquidez confortável, com caixa robusto e perfil de amortização de dívidas suave", disse o diretor de tesouraria da Votorantim, Sergio Malacrida, no comunicado.

Artigo: Temer, inspire-se em Trump e corte impostos

29/11/2016 – Folha de S. Paulo

John Fitzgerald Kennedy, o 35º presidente dos EUA, embora tivesse sido aluno de John Kenneth Galbraith, em Harvard, pouco sabia sobre economia. Certa vez, confessou ser incapaz de lembrar a diferença entre política monetária e fiscal.

Ao assumir a Presidência, em 20 de janeiro de 1961, Kennedy nomeou o banqueiro republicano Douglas Dillon para a Secretaria do Tesouro. No Fed, o banco central dos EUA, colocou William McChesney Martin Jr, cujo papel definiu assim: o homem encarregado de "levar embora o jarro de ponche justamente quando a festa estiver começando", ou seja, frear a inflação que acompanhava o gasto público via aumento dos juros.

Já na Casa Branca, Kennedy foi estimulado por assessores, principalmente por Paul Samuelson (1915-2009), a adotar uma drástica redução de impostos. A ideia era que essa redução injetasse dinheiro na economia para incentivar a demanda com tanta eficiência quanto um eventual aumento dos gastos públicos.

Kennedy reagiu: "Acabei de fazer uma campanha com uma plataforma de responsabilidade fiscal e vocês vêm me dizer que a primeira medida a tomar será a redução de impostos?". Acabou, porém, aceitando a proposta e a enviou ao Congresso.

Conservadores e keynesianos foram contra o projeto. Os primeiros, por considerar temerário cortar tributos num momento de deficit. Os segundos, principalmente Galbraith, por entender que o corte de impostos seria uma forma reacionária de keynesianismo –ele preferia o aumento direto dos gastos públicos.

Esses momentos estão descritos em "Keynes x Hayek", escrito pelo jornalista Nicholas Wapshott.

A proposta de Kennedy ficou parada no Senado até seu assassinato, em 1963. Lyndon Johnson assumiu a Presidência prometendo manter o legado de Kennedy e conseguiu aprovar a redução de impostos, em 1964. Wapshott observa que, "em quatro anos, ficou provado que os críticos da redução de impostos, à esquerda e à direita, estavam errados.

A receita tributária federal subiu US\$ 40 bilhões, o PIB cresceu 6,4% em 1965 e 6,6% em 1966. O desemprego caiu de 5,2% em 1964 para 2,9% em 1966, e a inflação manteve-se estável na faixa de 2% a 3% ao ano.

Os anos 1960, narra Wapshott, foram uma década de riqueza sem paralelo para os EUA. O trabalhador médio prosperou, comprou TV em cores, pôs o segundo carro na garagem e Johnson fez uma espécie de guerra contra a pobreza, com a criação do Medicare e do Medicaid.

Richard Nixon entrou na Casa Branca, em 1969, disposto a acabar com a ganância. Mas enfrentou logo uma pequena recessão e um aumento do desemprego e mudou o rumo. "Agora sou keynesiano na economia", declarou, sob protestos de colegas republicanos. Seu conselheiro Milton Friedman disse certa vez que ele foi "o mais socialista dos presidentes dos EUA no século 20".

De fato, Nixon endossou medidas intervencionistas inimagináveis para um republicano conservador. E seu governo sofreu "um golpe mortal", observa Whapshott, quando sobreveio a primeira grande crise do petróleo, que quadruplicou os preços da gasolina.

Vieram então duas décadas em que o intervencionismo keynesiano foi declarado morto e enterrado. Até que, na grande crise de 2007/8, George W. Bush e, depois, Barack Obama salvaram o sistema financeiro com medidas escancaradamente intervencionistas.

Agora, Donald Trump, ultraconservador, está eleito presidente já prometeu baixar impostos. Certamente, não há uma única forma de pensar a economia nem um único remédio para curá-la quando doente.

(Benjamin Steinbruch - É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Pilotos retomam greve e Lufthansa cancela centenas de voos

29/11/2016 – Exame

Paralisação afeta os voos de curta distância partindo da Alemanha e já forçou a companhia a cancelar 816 dos cerca de 3 mil voos planejados



Lufthansa: pilotos também anunciaram planos de greve para os voos de longa distância na quarta-feira (Getty Images)

A Lufthansa cancelou centenas de voos nesta terça-feira, depois que pilotos iniciaram uma greve de dois dias em meio à longa disputa salarial que já custou à empresa aérea alemã centenas de milhões de euros desde o começo de 2014.

A paralisação afeta os voos de curta distância partindo nesta terça-feira da Alemanha e já forçou a companhia a cancelar 816 dos cerca de 3 mil voos planejados.

Os pilotos também anunciaram planos de greve para os voos de longa distância na quarta-feira.

A Lufthansa propôs reajuste de 4,4 por cento em duas parcelas e fazer um pagamento único equivalente a 1,8 mês de salário.

O sindicato Vereinigung Cockpit (VC) reivindica um aumento salarial anual de 3,7 por cento para os 5.400 pilotos retroativo a 2012. O VC rejeitou a última proposta da Lufthansa feita na sexta-feira passada e também se opôs à proposta de mediação.

"Para mediação você precisa de uma oferta que possa ser a base das negociações", disse Alexander Gerhard-Madjidi, membro do sindicato, à rádio Deutschlandfunk na terça-feira. "A Lufthansa ainda não fez tal proposta".

Na semana passada, a Lufthansa teve de cancelar quase 2.800 voos por conta de uma paralisação de quatro dias a partir da quarta-feira, o que afetou mais de 350 mil passageiros.

Empresa de Eike, mineradora MMX, pede recuperação judicial

29/11/2016 – Exame

A MMX e a MMX Corumbá "não têm saída, senão a da recuperação judicial, mesmo tendo aguentado até agora a conjuntura adversa do país nos últimos anos"



Dívidas: a MMX e a MMX Corumbá "não têm saída", diz pedido de recuperação (Rich Press/Bloomberg)

A MMX Mineração e Metálicos e sua subsidiária MMX Corumbá, do empresário Eike Batista, entraram com pedido de recuperação judicial. A MMX Mineração, criada em 2005, é a holding do Grupo MMX no Brasil e tem dívidas de R\$ 500 milhões. Já a MMX Corumbá tem uma dívida de R\$ 1,2 milhão.

O principal credor da MMX é a MRS Logística, concessionária da antiga malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). As empresas divulgaram fato relevante no dia 25 de novembro.

De acordo com o pedido de recuperação, a MMX e a MMX Corumbá "não têm saída, senão a da recuperação judicial, mesmo tendo aguentado até agora, o que se deve, principalmente, à conjuntura adversa do país nos últimos anos".

A subsidiária da holding MMX Sudeste, com foco em extração de minério de ferro em Minas Gerais, já estava em recuperação desde 2014. Por ser sua divisão mais rentável, esse processo abalou seriamente a holding.

Por isso, a MMX decidiu pedir a recuperação para todo o grupo. Segundo ela, o processo em conjunto tem vantagens como transparência e redução de custos do processo.

O Grupo MMX ainda controla a MMX Austria GmbH, MMX Corumbá Ind. E Com. De Minérios S.A. e Porto Sudeste Participações S.A. Estas empresas, embora façam parte do grupo, não possuem dívidas, motivo pelo qual não foram incluídas como impetrantes do processo de recuperação, segundo a companhia. A MMX Austria GmbH está em processo de encerramento e não possui qualquer atividade.

Elas seguem o caminho de outras companhias do grupo do empresário. Um exemplo é a ex-OGX, agora chamada Óleo e Gás Participações ou OGPar, que está em recuperação desde outubro de 2013.

Já a Eneva (antiga MPX), deixou o status de recuperação judicial em junho desse ano. A empresa de energia de Eike Batista conseguiu pagar a maioria de seus credores dois anos após dar início à reestruturação.

Queda de preço da gasolina depende de fatores externos, diz Pedro Parente

29/11/2016 - G1



A decisão da Petrobras sobre o valor de seu combustível na refinaria, que agora é tomada formalmente por um comitê pelo menos uma vez por mês, leva em conta variáveis como preço do petróleo e câmbio, que não podem ser controladas pela estatal, disse nesta segunda-feira (28) o presidente da petroleira, Pedro Parente, em apresentação durante evento do setor de açúcar e etanol.

"Estamos revendo a situação de mercado pelo menos uma vez por mês. O fato de que nas últimas duas vezes reduzimos o preço, isso não significa que isso será comportamento permanente, porque como eu disse não depende da empresa, mas do mercado internacional e da taxa de câmbio, que estão fora do alcance da empresa", afirmou ele.

Nas decisões do Grupo Executivo de Mercado e Preços, a Petrobras pode manter, reduziu ou aumentar os preços dos combustíveis nas refinarias, segundo a nova política da empresa anunciada em outubro.

Desde que a Petrobras mudou o seu sistema de precificação do combustível, a estatal reduziu duas vezes o preço da gasolina e do diesel na refinaria - em 14 de outubro e em 8 de novembro.

Os preços demoraram a chegar ao bolso do consumidor. O valor do preço médio da gasolina chegou a subir uma semana após a primeira redução de preços. Essa tendência se reverteu e os últimos levantamentos semanais de preços da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostram que a redução nas refinarias está chegando às bombas.

Oportunidade

Parente falou também que o crescente déficit na capacidade de refino de gasolina do país é uma oportunidade para as usinas de etanol do Brasil.

Durante fala em conferência de açúcar e etanol, Pedro Parente, disse que esperava que o déficit entre a demanda e a capacidade da Petrobras de refino de gasolina alcançasse de 3 bilhões a 10 bilhões de litros por ano até 2030.

Pequenas empresas voltam a demitir após 2 meses de criação de vagas

29/11/2016 – G1

Após dois meses consecutivos com número maior de contratações do que de demissões, as micro e pequenas empresas (MPEs) voltaram a fechar vagas formais de trabalho em outubro. Segundo levantamento do Sebrae, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, as MPEs eliminaram 15,4 mil empregos com registro em carteira em outubro, anulando o efeito da criação de 12,7 mil postos de trabalho nos meses de agosto e setembro.

A interrupção da sequência de resultados positivos no setor contribuiu para a piora do mercado de trabalho formal em outubro. O Brasil perdeu ao todo 74.748 vagas formais no mês passado, segundo o Caged, ante um fechamento de 36.830 postos em setembro e de 27.844 em agosto.

Saldo de demissões e contratações de micro e pequenas empresas

Resultado mensal, por milhares de postos



FONTE: Sebrae



Infográfico elaborado em: 28/11/2016

Saldo de demissões e contratações de micro e pequenas empresas (Foto: G1)

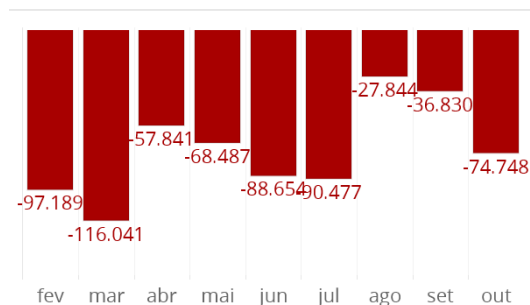
Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, o resultado de outubro foi frustrante e aponta que a retomada do emprego será mais lenta do que se imaginava.

"Essa reversão do emprego agora é preocupante. Depressão no final de ano significa que vamos ter um afundamento em janeiro, fevereiro e março. Vai criar um vale maior do que a expectativa que estávamos tendo", diz.

Entre os fatores que levaram à piora da situação das micro e pequenas empresas, Afif cita o crédito mais restrito e maior dificuldade para renegociar dívidas, além do baixo nível de consumo no país.

Empregos perdidos no Brasil

Saldo de demissões e contratações, por milhares de postos



FONTE: Caged/Ministério do Trabalho



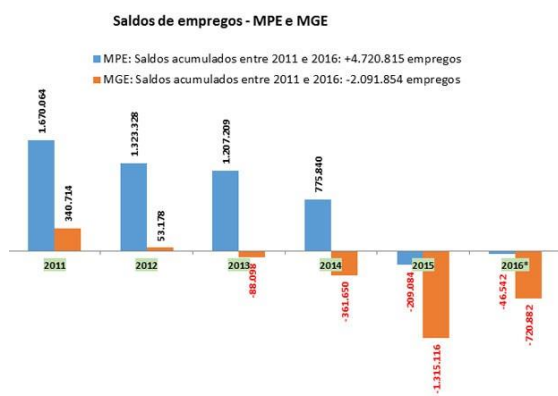
Infográfico elaborado em: 28/11/2016

Pequenas demitem menos que as grandes

O número de vagas encerradas nos pequenos negócios em outubro, entretanto, é quase 4 vezes menor que das empresas de médio e grande porte, que demitiram 56,8 mil empregados. No acumulado no ano em 10 meses, as MPEs perderam 46,5 mil vagas, ao passo que as empresas de maior porte cortaram 720.882 postos, ou cerca de 15 vezes mais.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, destaca, porém, que as micro e pequenas empresas respondem por cerca de 50% dos empregos formais no país e lembra que o setor foi o que mais criou empregos nos últimos anos.

As micro e pequenas empresas só começaram a perder vagas com registro em carteira em 2015, ao passo que nas médias e grandes as demissões têm superado as contratações desde 2013. No acumulado dos últimos 6 anos, as MPEs ainda têm um saldo de 4,7 milhões de vagas abertas, enquanto que as de médio e grande porte eliminaram 2,09 milhões de empregos desde 2011. *Veja quadro abaixo*



Evolução do saldo de demissões e contratações em micro e pequenas (MPE) empresas e em médias e grandes (MGE). (Foto: Divulgação/Sebrae)

"Nas grandes empresas, os movimentos são muito mais lentos, não são abruptos, e estão vindo de uma recessão há muito tempo. Soma-se a isso um fenômeno novo que é o desemprego estrutural, gerado pela tecnologia", explica o presidente do Sebrae, que cita ainda o avanço da terceirização e maior participação de empresas com estruturas menores dentro da cadeia de produção.

No setor de serviços, por exemplo, observa-se uma migração de parte do emprego formal para empresas de menor porte. No acumulado do ano, as grandes e médias empresas eliminaram 313,5 mil postos de trabalho, ao passo que as MPEs criaram 113,9 mil novas vagas de emprego.

Além de serviços, agropecuária é o único setor com contratações superando as demissões no ano (55,2 mil) entre as micro e pequenas. Nas empresas de maior parte, apenas agropecuária tem saldo positivo no ano, com criação de 6,5 mil vagas. *Veja quadro abaixo*



Geração de emprego por setor em micro e pequenas (MPE) empresas e em médias e grandes (MGE). (Foto: Divulgação/Sebrae)

Perspectivas

Para Afif, as micro e pequenas empresas podem sair na frente na retomada da geração de empregos, mas dependem de melhores condições e maior oferta de crédito, e de possibilidades de renegociação de dívidas.

"A retomada do crescimento da economia passa pelos pequenos negócios. A micro e a pequena têm uma velocidade muito maior para preencher espaços e aproveitar as oportunidades que existem mesmo numa economia estagnada", afirma.

No acumulado de janeiro a outubro, o país perdeu 751.816 vagas formais, segundo o Ministério do Trabalho. Em 2015, o Brasil perdeu 1,510 milhão de empregos formais. Analistas do mercado destacam que o mercado de trabalho costuma ser um dos últimos indicadores a reagir numa retomada econômica e projetam que a recuperação do mercado de trabalho só deverá acontecer no segundo semestre do ano que vem.

Produção de aço laminado cai 6% e consumo diminui 12% de jan/set16 na América Latina, aponta Alacero

29/11/2016 – Inda

Na América Latina no período de janeiro a setembro de 2016 atingiu a produção de aço bruto em 44,0 milhões de toneladas. 38,9 milhões de toneladas foi a produção de aço laminado. 45,2 milhões de toneladas registrou o consumo aparente de aço, -7,7 milhões de toneladas foi a brecha vs produção consumo 20% diminuíram as importações totais de aço latino-americano.

O consumo de aço laminado diminuiu 12%, enquanto a produção de aço bruto e de laminado caiu 9% y 6%, respectivamente, entre janeiro-setembro 2016 versus mesmo período do 2015, refletindo o abrandamento econômico no mundo e na região. Para 2017 estima-se que haverá um crescimento de 3,6% no consumo de aço, como consequência de um cenário econômico mais favorável.

Por sua parte, o consumo regional é abastecido em 32% por importações, cuja participação nos mercados locais continua a avançar. A balança comercial da região manteve-se negativa, embora em jan-set 2016 o déficit em toneladas diminuiu 33% vs janeiro-setembro 2015.

Produção.: Aço Bruto — América Latina eo Caribe teve uma produção de 44,0 milhões de toneladas (MT) de aço bruto em jan-set 2016, 9% abaixo do volume registrado em 2015. Brasil segue sendo o principal produtor com 52% do total regional (22,9 MT), não obstante no obstante, teve uma redução anual de 9%.

Aço Laminado — No mesmo período, a região produziu 37,9 MT de aço laminado, um volume 6% inferior al alcanzado en ene-sept 2015. Brasil foi o principal produziu 15,8 MT, 42% do total latino-americano. México foi segundo com 14,2 MT, com 37%.

Consumo de aço laminado — Entre os primeiros nove meses do ano, a região atingiu um consumo de aço laminado de 45,2 MT, diminuindo 12% vs janeiro-setembro 2015. Os principais países que aumentaram seu consumo, tanto em termos absolutos como percentuais foram Peru (140,2 mil toneladas adicionais e crescendo 7%), México (76,2 mil toneladas adicionais e crescendo 0,4%) e Honduras (23,6 mil toneladas adicionais e crescendo 11%).

Contrariamente, em Brasil o consumo de aço laminado se retraiu 2,6 MT, caindo 16% vs janeiro-setembro 2015. Enquanto Argentina, Chile, Colômbia e Equador registraram quedas de 23%, 8%, 6% y 24%, respectivamente. Do total latino-americano, 52%

correspondem a produtos planos (23,6 MT), 46% a produtos longos (21,0 MT) e 1% a tubos sem costura (568 mil toneladas).

Balança comercial.: Importações: . Nos nove meses de 2016, América Latina importou 14,3 MT de aço laminado, 20% menos que o importado em janeiro-setembro 2015 (18,0 MT). Deste total, 64% correspondem a produtos planos (9,2 MT), 33% a produtos longos (4,7 MT) e 3% a tubos sem costura (378 mil toneladas). Atualmente, as importações de laminados representam 32% do consumo da região, o que traz os desincentivos à indústria local, fricções comerciais e põe em risco fontes de trabalho.

Exportações —As exportações latino-americanas de aço laminado atingiram 6,6 MT, aumentando 3% com respeito a janeiro-setembro 2015 (6,4 MT). Deste total, 50% correspondem a produtos planos (3,3 MT), 41% a produtos longos (2,7 MT) e 9% a tubos sem costura (613 mil toneladas).

Balança deficitária: Durante janeiro-set, a região registrou um déficit comercial de 7,7 MT de aço laminado. Este desequilíbrio é 33% menor ao observado em jan-setembro 2015 (11,5 MT). Neste período, Brasil é o único país que manteve um superávit em seu comércio de aço laminado, 2,8 MT. Enquanto que o maior déficit se registrou em México (-3,3 MT). Em seguida foi Colômbia (-1,8 MT), Chile (-1,2 Mt) e Perú (-1,2 Mt).

Produção outubro 2016: informação antecipada de outubro 2016 indica que a produção de aço bruto atingiu 5,2MT no mês, 4% a mais que em setembro 2016 e 4% menos que em outubro 2015.

O volume cumulado nos dez primeiros meses do ano atingiu os 49,3 MT, 8% menos que em jan-out 2015. A produção de laminados fechou em 4,5 MT, 5% a mais que em setembro 2016 e 2% menos que em outubro 2015. O volumen cumulado nos dez primeiros meses do ano atingiu 42,4 MT, 6% menos que em jan-out 2015.

Perfil —Asociación Latinoamericana del Acero(Alacero) — É uma entidade civil sem fins lucrativos que reúne a cadeia de valor do aço da América Latina para fomentar os valores de integração regional, inovação tecnológica, excelência em recursos humanos, responsabilidade empresarial e sustentabilidade sócioambiental.

Fundada em 1959, é formada por 49 empresas de 20 países, cuja produção é de aproximadamente 70 milhões anuais- representando 95% do aço fabricado na América Latina. Alacero é reconhecida como Organismo Consultor Especial para as Nações Unidas e como Organismo Internacional Não Governamental por parte do Governo da República do Chile, país sede da Dirección Geral.